

O fechamento de equipamentos públicos como uma camada de segregação socioespacial em Curitiba

The closing of public facilities as an addition for spatial segregation in Curitiba

Simone Aparecida Polli, Alessandro Lunelli e Carolina Gama*

Resumo

Os equipamentos públicos sociais são fundamentais para o atendimento à população de baixa renda, servindo de suporte essencial à reprodução da vida, ao acesso a direitos, além de serem componentes importantes no ordenamento dos bairros. Eles representam pontos nodais de centralidade nos bairros, servindo como elementos de referência no cotidiano dos moradores. Em Curitiba, durante os anos de 2016 a 2018, observou-se uma série de ações da Prefeitura Municipal que ameaçava, fechar ou privatizar equipamentos de saúde e assistência social. O Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba catalogou esses protestos ao longo dos anos, observando as ações da população, Ministério Público, sindicatos e conselhos de classe, contra o sucateamento dos equipamentos públicos na cidade. Este artigo tem como objetivo fazer uma análise espacial da localização desses equipamentos públicos sociais em relação a indicadores do IBGE e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Confrontando essas informações, chegou-se à conclusão de que o fechamento desses equipamentos sociais representa, além do não atendimento dessa população, o fortalecimento dos processos de segregação socioespacial produzidos pelo planejamento urbano, evidenciando ainda mais o mito em torno da cidade dita modelo.

Palavras-chave: Equipamentos públicos; segregação socioespacial; análise espacial; Curitiba

Abstract

Public facilities are fundamental to the reception of the low-income population, serving as an essential support to the maintenance of life and to the access to fundamental rights, in addition to being important components on a neighborhood spatial planning. They also serve as reference elements in the daily life of the residents. In Curitiba, Brazil, between the years of 2016 to 2019, we observed a series of actions from the mayor office that threatened to shut down or privatize health and social assistance facilities. The Curitiba Urban Conflicts Observatory catalogued these actions, observing movements from the population, the public prosecution agency, trade unions and professional councils against the public facilities scrapping. This article has as its main objective to make a spatial analysis of the facilities in relation to Brazilian Institute for Geography and Statistics (IBGE) and Curitiba's Institute of Research and Urban Planning (IPPUC) indicators. Cross-referencing these data, it concluded that the enclosure of the public facilities, in addition to the abandonment of population they used to serve, reinforces the socio-spatial segregation brought up by the urban planning processes, exposing the myth around Curitiba as a "model city".

Keywords: Public facilities; socio-spatial segregation; spatial analysis, Curitiba



1. Contextualização

Os equipamentos públicos comunitários são fundamentais para o bem-estar social e desenvolvimento da cidade, contribuindo para a construção da cidadania de seus habitantes, possuindo ainda, grande potencial de ordenamento urbano, além de marcarem o atendimento social público do Estado.

Em Curitiba[1], durante os anos de 2016 a 2018, o Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba catalogou 17 notícias[2] de denúncias sobre vários equipamentos de saúde e assistência social públicos municipais sob ameaça de fechamento ou privatização, numa justificativa de contenção de despesas (POLLI; LUNELLI; MORAIS, 2019). Essa ação paralisaria alguns programas sociais especiais de atendimento nos bairros, seguindo o direcionamento das políticas nacionais, a partir de argumentos como a crise econômica e o contingenciamento do orçamento a nível federal que tem rebatimento na escala municipal. Para a prefeitura de Curitiba os serviços poderiam ser feitos por outros equipamentos sem comprometer o atendimento. Observou-se também que as ameaças de fechamento não eram casos isolados e tinham certa permanência no tempo, estendendo-se de 2016 a 2018. Pelas notícias tabuladas, foram contabilizados 15 equipamentos com ameaça de fechamento, durante as gestões de Gustavo Fruet (PDT, 2013-2016) e Rafael Greca (PMN, 2017-2020).

Nesse período, diversos protestos dos moradores foram catalogados, opondo-se ao sucateamento da saúde e da assistência social em Curitiba, com ações coletivas em frente às Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) ameaçadas de fechamento ou privatização. Também houve ações de bloqueios em rodovias com queima de pneus, além do posicionamento contrário do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba (SISMUC) e do Ministério Público do Paraná (MPPR) ao fechamento de sete Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do município, que representaria o desamparo de 24.810 famílias (MPPR, 2018).

Em 2016, as manifestações reivindicavam a abertura da Unidade Básica de Saúde Jardim Aliança, localizada no bairro Santa Cândida, que estava fechada e não havia sido finalizada, pois a construtora responsável não recebeu os repasses necessários do governo do Estado. A manifestação partiu dos moradores, que trancaram ruas e queimaram pneus perto da Unidade de Saúde (CARRANO, 2016). Na época, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) afirmou que o problema estava nas verbas que não foram repassadas pelo governo do Estado (Beto Richa - PSDB), via Secretaria Estadual de Saúde (CARRANO, 2015). Esse embate aponta que o não atendimento também está associado a disputas políticas de partidos com legendas opostas.

Já em 2018, as manifestações explodiram após o anúncio do fechamento de sete unidades do Centro de Referência à Assistência Social e três Unidades de Atendimento Social. Isso provocou

1. O Observatório de Conflitos Urbanos é uma rede de pesquisa nacional e internacional que envolve vários grupos de pesquisa. Trabalha com um banco de dados, o MapCon, que busca catalogar os protestos e manifestações de Curitiba e Região Metropolitana.

2. As notícias referem-se a manifestações populares contra o fechamento dos equipamentos públicos, veiculadas em diversos jornais da cidade de Curitiba.

3. O QGIS permite a criação, visualização, edição e análise de dados georreferenciados.

contestação do Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba, que pressionou a prefeitura e, junto ao Ministério Público do Paraná, realizou audiências que discutiram o tema em cada unidade afetada. Segundo a presidente da Fundação de Ação Social (FAS), a medida garantiria um reordenamento no atendimento dos CRAS e continuaria dentro das exigências legais (OLIVEIRA, 2018).

De acordo com o Plano Municipal de Assistência Social de 2018, a prefeitura se comprometeu com a “promoção e ampliação do acesso das famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social aos benefícios e serviços socioassistenciais” (CURITIBA, 2018, p. 34), o que não é condizente com a tentativa de fechamento de equipamentos de assistência social.

O objetivo deste artigo é efetuar uma análise espacial dos equipamentos com ameaça de fechamento a fim de entender os efeitos da ocorrência de tais fechamentos no território. Para tanto, este artigo apresenta as seguintes questões norteadoras: onde estão localizados os equipamentos públicos com ameaça de fechamento? A que população da cidade atendem? Em relação aos serviços que prestam, são equipamentos importantes? Por que estes foram os escolhidos pela prefeitura?

Parte-se da hipótese que o fechamento desses equipamentos sociais urbanos aponta, além do não atendimento social à população, que as ações do poder público têm um caráter de classe, isso é, atingem diretamente aqueles que já são mais vulneráveis e dependentes de serviços públicos, ampliando a desigualdade e segregação em setores específicos da cidade.

Como metodologia, este artigo utilizou o banco de dados do Mapeamento de Conflitos (MapCon), sistema que busca catalogar e registrar, por meio da coleta diária das notícias nos meios de comunicação de massa, os protestos que ocorrem na região Metropolitana de Curitiba, a fim de entender os processos relacionados aos conflitos urbanos, sua localização e distribuição na cidade e como isso afeta a dinâmica urbana[3].

Os dados foram inicialmente coletados no MapCon e na sequência foram confirmadas suas fontes e localização em visitas de campo, o que gerou subsídios para produção, no software QGIS, dos mapas de localização dos equipamentos sob ameaça de fechamento ou privatização. A localização foi, então, cruzada com dados municipais e censitários, agregados territorialmente em 2.395 setores na cidade de Curitiba. Esses foram selecionados em categorias de modo a evidenciar os aspectos socioeconômicos da população nas áreas adjacentes aos equipamentos, gerando mapas complementares.

Foram feitas entrevistas com Irene Rodrigues, coordenadora do SISMUC à época dos conflitos, e Denise Colin, assessora da subprocuradoria-geral de Justiça para Assuntos de Planejamento

Institucional do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR). Foram consultados os documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Curitiba e a liminar do Tribunal de Justiça em pedido formulado contra o fechamento dos equipamentos de Assistência Social pelo MPPR (2018). A partir do referencial teórico levantado e dos mapas produzidos, foram feitas as análises espaciais do atendimento nos bairros.

Curitiba: planejamento, desigualdade e segregação

A história do planejamento urbano de Curitiba, de maneira sintética, é polarizada por dois pontos de vistas: (i) o primeiro corresponde à visão oficial do grupo técnico político responsável pela implantação e continuidade do modelo, que considera Curitiba como cidade exemplar do país; (ii) o segundo grupo é formado por autores que passam a questionar esse modelo construído na década de 1970, considerado exitoso no planejamento urbano a partir de pontos de vistas distintos, seja pela questão habitacional (ALBUQUERQUE, 2007), pela ambiental (FRÖES, 2018), pelo planejamento urbano (OLIVEIRA, 2000) e pela segregação socioespacial (PILLOTO, 2010).

Os dados apresentados em pesquisas como de Albuquerque (2007) mostraram que a habitação, por exemplo, foi uma lacuna no tratamento da cidade, justamente porque era necessário encobrir alguns dados para que a noção do modelo se fortalecesse. Também Sanchez (2001), mostra que por meio do *city-marketing* foi vendido um modelo que implicitamente sugere a existência de uma vida de classe média para todos os habitantes, mas que na verdade consolida-se em apenas partes da cidade. Em relação a esse processo, a autora afirma que o espaço urbano é marcadamente contraditório: a destacada “qualidade de vida”, o “padrão urbanístico inovador” e os equipamentos urbanos que deram notoriedade ao chamado “modelo-Curitiba” concentram-se nas áreas centrais e nobres, em detrimento de extensa periferia desprovida de infraestrutura, interna e externa ao município, evidentemente distante do modelo. Segundo Sanchez (1993):

Tal ideologia difundida é capaz de alcançar certa hegemonia em torno da cidade que deu certo, porém longe de expressar uma conquista da sociedade, pode ser interpretada como uma imposição que anula ou apaga outras leituras possíveis da cidade e das transformações em curso (SANCHEZ, 1993, p.164).

Segundo Villaça (2001), nas metrópoles brasileiras há segregações das mais variadas naturezas, principalmente de classe, etnia e nacionalidade. Porém, a que possui implicações mais profundas sobre

a estrutura urbana é a segregação por classe social. Esse processo é frequentemente reconhecido pelo padrão “centro x periferia”, em que o centro, provido da melhor infraestrutura e maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e distante, é ocupada predominantemente pela população de baixa renda. Assim, o espaço atua como mecanismo de exclusão.

No entanto, o autor demonstra que os padrões de segregação das metrópoles brasileiras não podem ser explicados apenas por esse modelo, pois “a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais, ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 2001, p.142). Ela decorre da disputa entre as classes sociais pelas melhores ou mais valiosas localizações da cidade que elas próprias criam e se relaciona também em torno das vantagens e desvantagens do espaço urbano (VILLAÇA, 2001). Já Castells conceitua a segregação socioespacial como uma “[...] tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também em hierarquia” (CASTELLS, 1983, p.210).

Voltando à história do planejamento urbano, Curitiba teve seu primeiro plano diretor em 1940, conhecido por Plano Agache. Segundo Garcez (2006), a setorização do espaço foi característica marcante desse plano. Foram criados vários centros, divididos em setores da cidade: o centro administrativo; centro comercial e social; centros de abastecimento; zona industrial (à época, no Rebouças); centro esportivo; estação rodoviária; centro de instrução e o centro militar, além de áreas de recreação e lazer, organizado num sistema radial de malha urbana. Porém, o Plano Agache logo se tornou obsoleto e foi abandonado por não prever o aumento da massa populacional (GARCEZ, 2006) e, ao definir rígidas setorizações na cidade, o plano excluiu parcela da população que não se encaixa nessas definições.

Em 1966 foi elaborado o Plano Preliminar de Urbanismo, pensado por Wilhelm com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), que previa a abertura dos eixos estruturais e a inauguração do novo sistema de transporte. A ideia consiste no planejamento por níveis de adensamento: quanto mais próximo das linhas de transporte coletivo, o Bus Rapid Transit (BRT), mais se poderia adensar e verticalizar, com as permissibilidades diminuindo gradativamente por zona, até a menos adensada e horizontal. Logo, essas regiões adensadas, chamadas de eixos estruturais, recebiam maior infraestrutura, como equipamentos urbanos e públicos. Foram implantados, na década de 1970, os eixos norte-sul (Santa Cândida – Capão Raso) e leste-oeste (Centenário – Campo Comprido).

Segundo Polucha (2010), o estabelecimento das estruturais causou a elevação do preço da terra nessas áreas, fazendo com que eles se tornassem também eixos de valorização imobiliária. Albuquerque (2007) complementa ainda que os eixos são funcionais à segregação, pois possibilitam a interligação das áreas periféricas à área central de maneira eficiente. Segundo Sanchez (1993), a imagem da cidade foi produzida a partir da seleção de partes do espaço urbano: no caso de Curitiba, os eixos estruturais e obras icônicas, que aparecem como referências expressivas da totalidade urbana da metrópole.

Nas proximidades dos eixos estruturais houve um enorme investimento por parte da prefeitura na execução da infraestrutura urbana, com o objetivo de induzir uma determinada ocupação do espaço, o que beneficiou uma pequena parcela da população. Para Pilloto (2010), é importante ressaltar que não foi a legislação urbanística simplesmente, ou o Plano Diretor, que guiou o adensamento e verticalização dos Setores Estruturais. As porções dos Setores Estruturais que sofreram verticalização estão localizadas em áreas de interesse das camadas de alta renda e, conseqüentemente, do setor imobiliário.

Polucha (2010) afirma que o processo de consolidação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), na década de 1970, também foi um processo que produziu segregação socioespacial, impulsionando a urbanização da parte oeste da cidade. Primeiro, porque parte da classe trabalhadora passou a se concentrar perto de indústrias, com a implantação de conjuntos habitacionais da Companhia de Habitação (COHAB-CT) e a consolidação de ocupações informais na região do CIC. Segundo, devido à ligação facilitada do CIC ao centro, por meio do eixo viário da Conectora 5, mais tarde denominada de Nova Curitiba-Ecoville, que concentrou apenas investimentos em edifícios residenciais de alto padrão destinados às classes altas da cidade. Assim, as camadas mais pobres assentaram-se sobretudo na porção sul, longe dos Eixos e sem acesso às infraestruturas. Essa visão é apoiada por Albuquerque (2010), pois a versão de Curitiba que é representada na imagem síntese da cidade corresponde concretamente às porções nobres do território que são atendidas de serviços e infraestrutura.

De acordo com Villaça (2001), é a segregação socioespacial que contribui para aprofundar a maneira como a cidade capitalista é apropriada pelos agentes sociais, na medida em que há uma tendência das elites a ocupar (e construir) um determinado local da cidade, estigmatizando as áreas de concentração de pobreza. Segundo o autor “[...] os bairros das camadas de mais alta renda tendem a se segregar numa mesma região geral da cidade, e não a se espalhar aleatoriamente”. Assim, para ele, a segregação “é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros” (VILLAÇA, 2001, p.147-148).

Em suma, a segregação como um meio de dominação via espaço é um “processo necessário à dominação social, econômica e política” (VILLAÇA, 2001, p.150), em que a classe dominante controla a produção e consumo do espaço urbano: (i) na esfera econômica, através do controle do mercado imobiliário, que produz nos locais onde a classe dominante deseja e (ii) na esfera política, com o controle do Estado, que se manifesta no espaço urbano através do controle da localização da infraestrutura urbana, da localização de aparelhos do Estado e da legislação de uso e ocupação do solo. Fica evidente, assim, o papel fundamental do Estado nesse cenário, que pode acentuar a segregação socioespacial no espaço urbano (VILLAÇA 2001). Dessa forma, o planejamento urbano pode ser caracterizado como uma forma de segregação programada (LEFEBVRE, 2001) onde o Estado, com suas representações do espaço, colabora na produção de desigualdades.

Para Polucha (2010) e Albuquerque (2007), as intervenções propostas pelo planejamento urbano de Curitiba valorizaram o espaço urbano nas áreas infraestruturadas, elevando seu preço e com isso acentuando a segregação socioespacial. Assim, as intervenções urbanas construíram um espaço urbano qualificado em algumas porções, restringindo o acesso à terra urbana por parte da população que não tem condições de pagar.

2. Os equipamentos com ameaça de fechamento: o que isso representa para os moradores?

Em 2016, a comunidade do Jardim Aliança, no Bairro Santa Cândida, denunciou a paralisação das obras da Unidade de Saúde local. Em 2018, Irene Rodrigues, coordenadora do SISMUC, afirmou que as medidas de “reordenamento” propostas por Rafael Greca fazem parte de uma decadência no setor de assistência social por parte da gestão, trazendo desconforto à população desassistida (RAMIRES, 2018).

Segundo a Prefeitura Municipal de Curitiba, o atendimento nas UPAs prioriza os pacientes em quadro de emergência ou urgência, em situações graves ou risco de morte, enquanto as Unidades Básicas de Saúde (UBS) atendem casos cotidianos, com acompanhamento médico e atendimento integral (CURITIBA, 2017). Já o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social: a Proteção Social Básica, que objetiva prevenir riscos sociais e pessoais através da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social; e a Proteção Social Especial que, por sua vez, é destinada aos indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados – em situação de abandono, maus-tratos, abuso sexual e uso de drogas, por exemplo (BRASIL, 2005).

Em nível municipal, em Curitiba, a Proteção Social Básica é representada pelos Centros de Referência da Assistência Social

(CRAS), destinados à população em situação de vulnerabilidade social e, vinculadas a esses equipamentos, estão as Unidades de Atendimento, ampliando o alcance e abrangência dos serviços oferecidos (CURITIBA, 2016). O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi implantado em Curitiba em 2005, com a criação de 17 CRAS, como parte da organização e articulação do SUAS. Em 2006, surgiram as Unidades de Atendimento. Em 2010, somados, eram 45 CRAS e Unidades de Atendimento, responsáveis pelo cadastro único para programas sociais do Governo Federal, por atendimento e acompanhamento familiar e ações comunitárias, dentre outras atividades.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004, p.35), o CRAS “abrange um total de até 1.000 famílias por ano [...] atuando com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário”. A Prefeitura Municipal de Curitiba, dessa forma, argumentou ter mais equipamentos do que o previsto por lei: a cidade possuía, então, 45 equipamentos em funcionamento, quando pelo número da população o atendimento poderia se fazer em 36 deles (MPPR, 2018). Em 2017, foi então anunciado pela Prefeitura Municipal de Curitiba o fechamento de sete CRAS e quatro unidades de atendimento.

Esse é o primeiro argumento utilizado pela gestão para justificar o fechamento dos equipamentos. Ainda, a prefeitura alega a necessidade de cortes no orçamento, contingenciamento de recursos e a falta de colaboração e repasse dos demais entes federados. Esse último, também foi o argumento utilizado para o não funcionamento da US Jardim Aliança (MPPR, 2018).

Em agosto de 2017, foi elaborado pela prefeitura um questionário, preenchido pelos coordenadores de CRAS, gerentes e supervisores regionais. Utilizando dados do Cadastro Único, a pesquisa entre os coordenadores de CRAS e gestores e informações dos relatórios mensais de atendimento, foi construído o Diagnóstico Situacional dos CRAS, que identificou alterações na demanda, nas áreas de vulnerabilidade e nos atendimentos realizados por esses equipamentos. O diagnóstico identificou, ainda, o custo dos equipamentos e a equipe de cada unidade. Com as informações obtidas, foram estabelecidos pesos[4] que resultaram na classificação dos CRAS existentes por níveis de prioridade: muito alta, alta, média, baixa e muito baixa (MPPR, 2018).

A partir dos resultados desse estudo interno, a prefeitura constatou que a demanda atendida por alguns CRAS poderia ser direcionada para outros equipamentos, considerando-se proximidade, capacidade de atendimento, abrangência do território e infraestrutura. Assim, foi proposta a transferência de atividades de sete CRAS e quatro unidades de atendimento (MPPR, 2018).

Esta alteração na rede de unidades de proteção social básica foi

4. O cálculo estabeleceu alguns pesos: a dimensão relacionada à infraestrutura (peso 1), a dimensão do território (peso 3) e a dimensão dos atendimentos (peso 2), que subsidiaram a tomada de decisão da Prefeitura.

5. Informação verbal por meio de entrevista concedido aos autores por Denise Colin em 24 de junho de 2019.

contestada por usuários do CRAS, bem como associações de moradores, conselheiros tutelares, que procuraram o MPPR. Por sua vez, o órgão ajuizou uma ação (MPPR, 2018), cobrando a necessidade de estudos mais profundos para embasar as decisões - para eles, os dados vieram de muitas fontes diferentes, o que coloca em xeque os parâmetros de avaliação propostos pela prefeitura[5].

Para o MPPR, a prefeitura de Curitiba fez um estudo genérico para subsidiar a tomada de decisão de quais equipamentos seriam fechados, e as informações previstas no Diagnóstico Situacional utilizaram basicamente a variável renda. No processo judicial, o MPPR sustenta que a utilização de dados do Cadastro Único para programas sociais para justificar proposta de reordenamento não é suficiente, ressaltando que esses não se referem à totalidade da população, tendo em vista que o referido cadastro depende da procura espontânea e/ou da busca ativa das famílias para sua efetivação, não sendo um dado substancial que possa justificar o fechamento dos equipamentos (MPPR, 2018). Ainda, o MPPR alega que a prefeitura estaria privilegiando para fechamento aqueles equipamentos cujos imóveis não atendiam aos pré-requisitos solicitados pelas normativas, como “número de salas, pelo tipo de acessibilidade, e aqueles que eram alugados”; ou mesmo aqueles que eram mais distantes da malha consolidada e por isso há dificuldade por parte dos funcionários em deslocar-se até a unidade⁵.

No processo de tomada de decisão, a prefeitura não levou em consideração a gestão compartilhada, isso é, a responsabilidade que deve ser dividida entre prefeitura, estado e governo federal: cada ente federativo deve arcar com uma porcentagem dos gastos. O recurso repassado pelo governo federal está vinculado ao serviço da assistência social e não à unidade. Já o Estado do Paraná alegou já estar cumprindo sua função na ação social por meio do programa Família Paranaense em 100 municípios de extrema pobreza no Paraná, eximindo-se de contribuir com a cidade de Curitiba.

Ainda, a noção de “vulnerabilidade social” apresentada pela prefeitura não corrobora com a defendida pelo MPPR, que reconhece que o conceito envolve uma série de outros elementos, não apenas a renda (MPPR, 2018). Segundo Denise Colin, vulnerabilidade também envolve a ausência de acesso a bens, serviços e riquezas em determinado território⁵.

Em audiências públicas realizadas pela PMC e acompanhadas por técnicos do MPPR nos equipamentos com ameaça de fechamento, o órgão verificou que a FAS não estaria operando com equipes de referência mínimas para que os recursos da esfera federal pudessem ser repassados. Então, para além do contingenciamento financeiro justificado pela Prefeitura, a Fundação de Ação Social buscou uma reorganização para atender as normativas de equipe de referência ao juntar duas unidades para formar uma, por exemplo. Esse

posicionamento da prefeitura também é notado pelo SISMUC. Segundo Irene Rodrigues, “a prefeitura tem aberto uma série de excepcionalidades para diminuir custo e cumprir a legislação. Assim, ao mesmo tempo, a prefeitura não consegue comprovar que esses são os equipamentos mais prudentes para fechamento”[6].

3. Análise espacial dos equipamentos com ameaça de fechamento

Para procurar compreender de que território se trata cada equipamento com ameaça de fechamento, procurou-se traçar uma análise espacial por meio do mapeamento de dados do Censo IBGE 2010, do IPPUC e as informações obtidas e confirmadas nas notícias de jornal e no processo judicial.

Dentre os equipamentos evidenciados neste artigo, estão duas Unidades Básicas de Saúde (US), duas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), e 11 equipamentos ligados à assistência social, divididos entre Centros Regionais de Assistência Social (CRAS) e Centros de Atendimento. As Unidades de Saúde (US) Jardim Aliança, localizada no bairro Santa Cândida, e Bom Pastor, localizada no Vista Alegre, são os casos em que se observou a subutilização[7] do equipamento. Ainda foram catalogados conflitos referentes às Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) Campo Alegre, na Cidade Industrial de Curitiba e Pinheirinho, no Capão Raso, que receberam ameaça de fechamento.

Os CRAS Sambaqui, no bairro do Sítio Cercado; Vila Hauer, no Boqueirão; Arroio e Jardim Gabinete, no CIC; Butiatuvinha, no São Braz; Portão, no Novo Mundo e Santa Rita, no Tatuquara, bem como as Unidades de Atendimento Autódromo, no Cajuru; São José do Passaúna, na Cidade Industrial de Curitiba; Terra Santa, no Tatuquara e São Fernando, em Santa Felicidade, também receberam ameaça de fechamento.

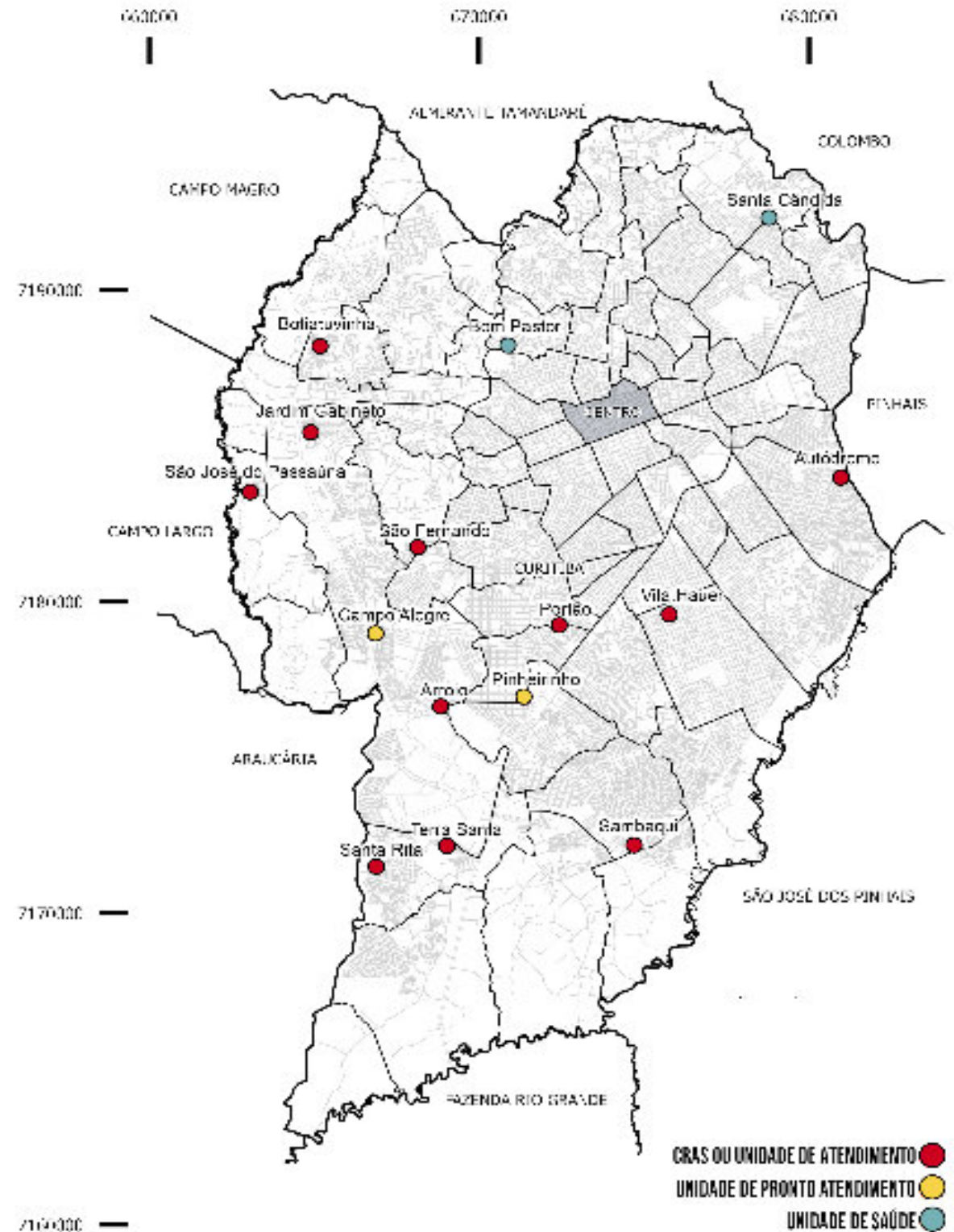
O Mapa 1 mostra quais são os equipamentos com ameaça de fechamento, tanto da Assistência Social quanto da Saúde em relação a sua localização nos bairros e na cidade de Curitiba.

Percebe-se que os equipamentos estão localizados longe do centro da cidade, concentrados em sua maioria em bairros periféricos, na porção sul e sudoeste da cidade que, como veremos nos mapas a seguir, comumente são os bairros com estrutura física, social e ambiental mais fragilizadas.

Mapa 1: Localização dos Equipamentos
Fonte: IPPUC (2019), adaptado pelos autores (2019)

6. Informação verbal por meio de entrevista concedido aos autores por Irene Rodrigues dos Santos, em 29 de abril de 2019.

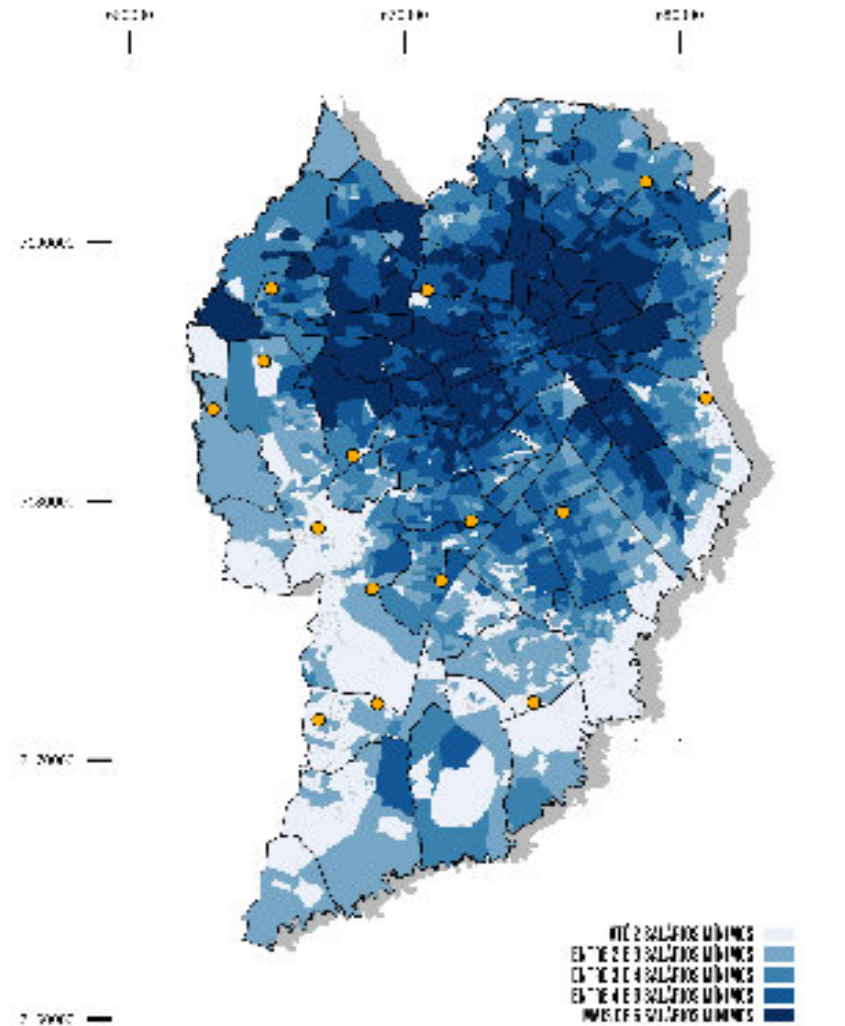
7. A subutilização pode se referir a uma série de motivos pelos quais o equipamento não opera com toda sua capacidade. A US Jardim Aliança possuía o espaço físico não finalizado, enquanto na Bom Pastor houve mudança no atendimento de saúde (passou a atender como Unidade Básica de Saúde e não mais como Saúde da Família).



LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS
SISTEMA DE PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA UTM - DATUM - SAO GONZAGA 22 S
FONTE: IPPUC (2019) / PROJEÇÃO PRÓPRIA

O Mapa 2 estabelece a relação entre a renda per capita da população por setor censitário segundo o IBGE (2010) e a localização dos equipamentos.

Observa-se no mapa que as manchas mais escuras são onde se concentram a população com maiores rendas per capita na cidade de Curitiba e, em contrapartida, nas manchas mais claras estão as populações com as menores. Sete equipamentos pesquisados estão inseridos em áreas de Classe E, em que a renda familiar é inferior a dois salários mínimos[8], enquanto os outros oito equipamentos atendem a população das Classes C e D, em que a renda não ultrapassa quatro salários mínimos por família. Na porção sul do município, estão presentes os setores com as condições de renda mais baixas do município.



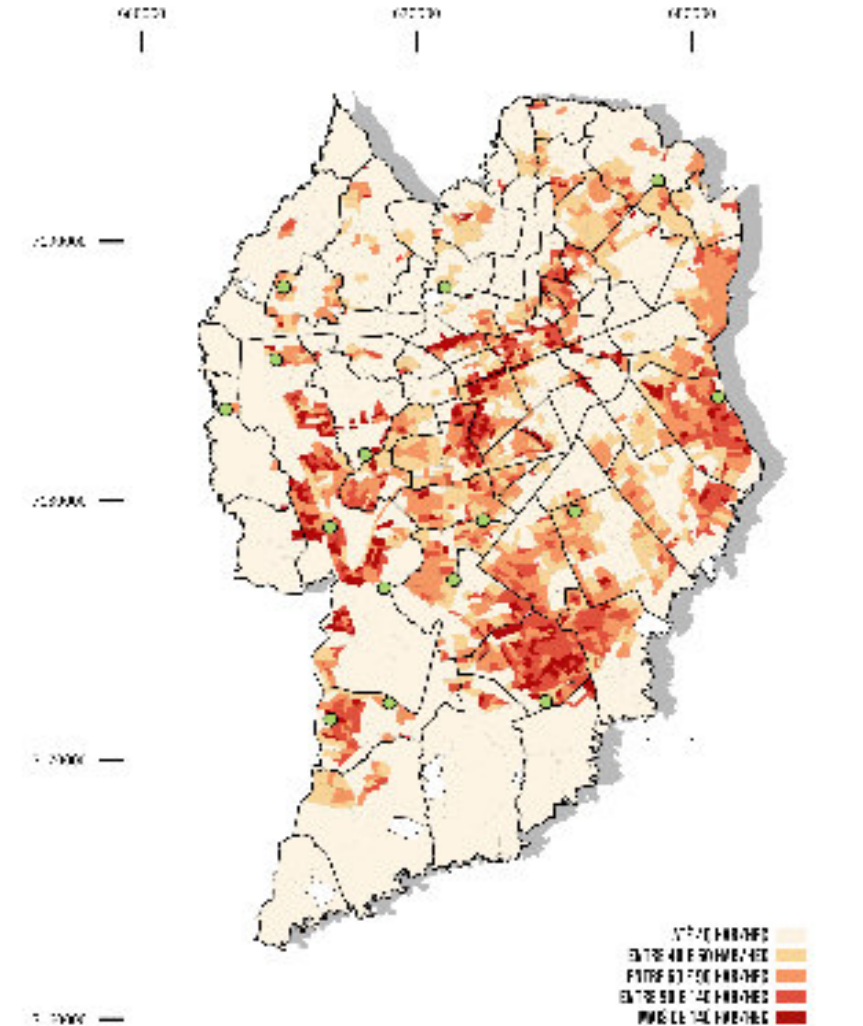
Mapa 2: Renda per capita
Fonte: IBGE (2010),
produção própria (2019)

8. O salário mínimo na época do censo era de R\$510,00 (IBGE, 2010).a capacidade. A US Jardim Aliança possuía o espaço físico não finalizado, enquanto na Bom Pastor houve mudança no atendimento de saúde (passou a atender como Unidade Básica de Saúde e não mais como Saúde da Família).

Mapa 3: Densidade Populacional
Fonte: IBGE (2010),
produção própria (2019)

Ainda, o Mapa 3 demonstra a relação da localização dos equipamentos com a densidade populacional do município por setor censitário (IBGE, 2010).

Pelo Mapa 3 é possível observar que mais da metade dos equipamentos sob ameaça de fechamento ou privatização está inserida em áreas com a maior densidade registrada, mais de 140 habitantes por hectare, o que conseqüentemente comprova sua importância em relação ao atendimento da população. Em nível de comparação, segundo o IBGE (2010), a média de densidade populacional da cidade é 40 hab/ha. E ainda, as unidades de saúde Bom Pastor e Santa Cândida, localizadas na porção norte de Curitiba, não apresentam entorno com densidade populacional alta, mas realizam atendimento à população dos municípios metropolitanos como Almirante Tamandaré e Colombo, que juntos possuem mais de 350 mil habitantes (IBGE, 2010) e não possuem um hospital.



O Mapa 4 mostra preço dos imóveis por metro quadrado em cada bairro de Curitiba e sua relação com os equipamentos com ameaça de fechamento. Os valores foram calculados numa média de preços de imóveis no mês de abril de 2019, segundo levantamento mensal elaborado pelo portal Imovelweb.

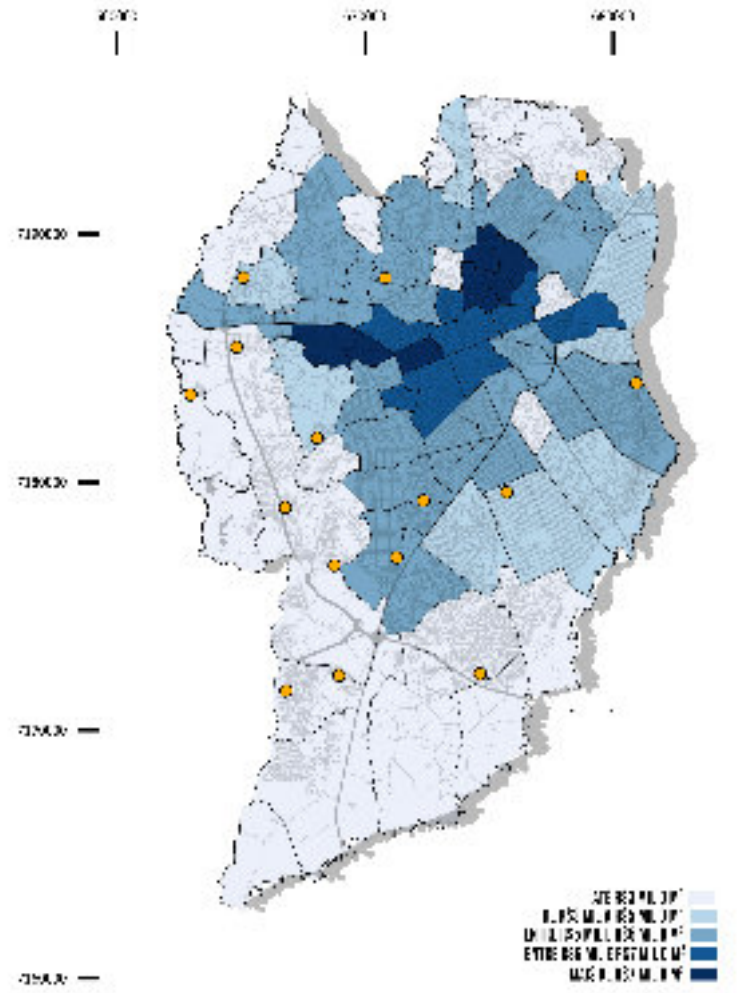
Em linhas gerais, o Mapa 4 demonstra que os equipamentos com ameaça de fechamento estão localizados nas regiões mais baratas da cidade. Nenhum deles está localizado nas áreas com preço da terra mais alto, isso é, aqueles que concentram transporte coletivo, sistema viário e infraestrutura urbana consolidada, com qualidade ambiental e urbanística.

O Mapa 5 apresenta em camadas sobrepostas as informações das ocupações irregulares (favelas, ocupações em área de preservação permanente), áreas de atuação da Companhia de Habitação de Curitiba – COHAB (empreendimentos habitacionais financiados pelo poder público), e Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS) em relação a divisão de bairros e os equipamentos ameaçados de fechamento na cidade de Curitiba.

Analisando o mapa 5, mais uma vez observa-se que treze dos quinze equipamentos levantados estão próximos a ocupações irregulares ou áreas que receberam ações da COHAB[9]. Essa localização enfatiza que nas proximidades dos equipamentos sociais tem-se áreas com precariedade habitacional e infraestrutura urbana, no caso das ocupações irregulares, ou uma tipologia de habitações de baixo padrão, no caso de SEHIS e empreendimentos populares da COHAB.

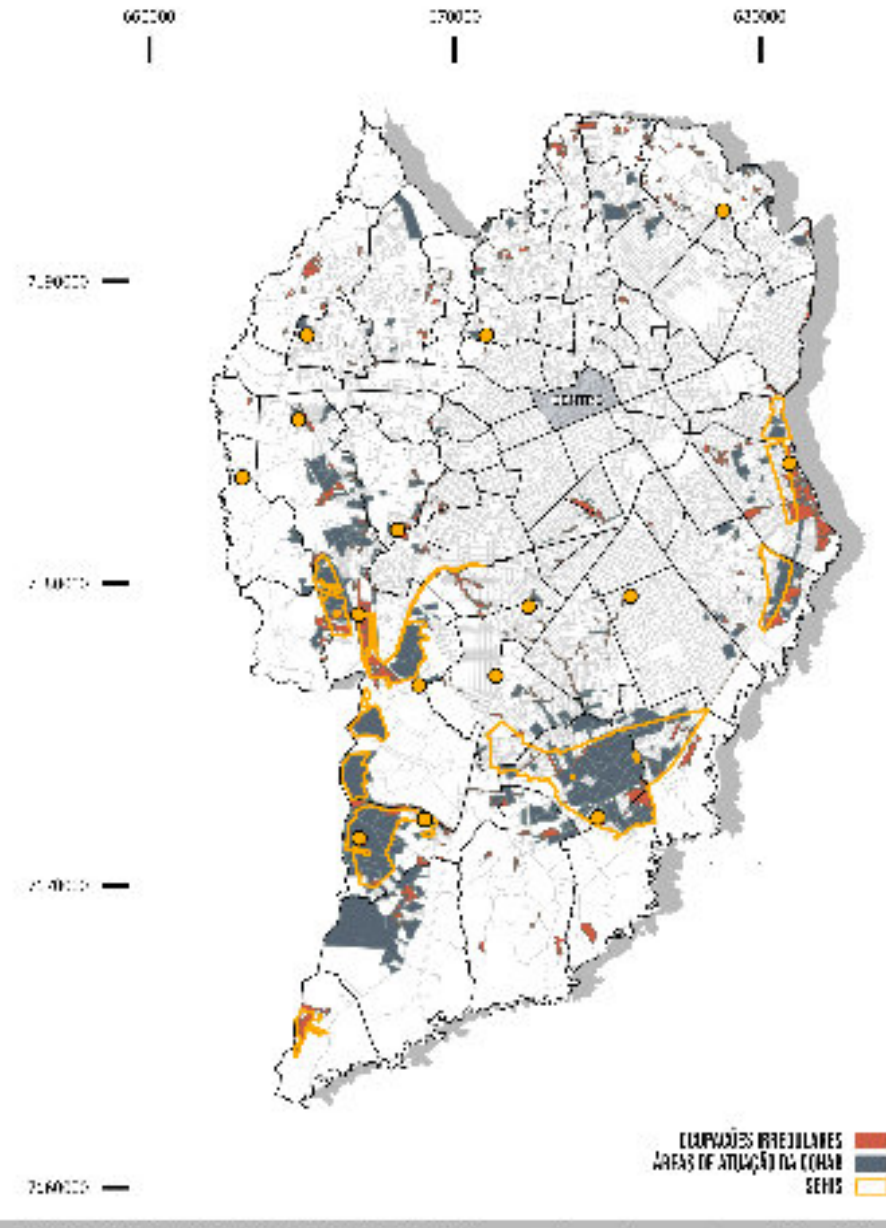
Essa localização coincidentemente, nos vários mapas analisados, indica que é uma população que, pela renda, densidade, condição da habitação, consolidação do bairro, precisa do atendimento social, e o seu fechamento simbolizará uma camada a mais de precariedade e exclusão. Ou como aponta Martins (1997), trata-se de uma inclusão

Mapa 4: Preço dos imóveis. Fonte: Adaptado de Imovelweb (2019).



9. A Companhia de Habitação Popular de Curitiba (Cohab) é responsável pela execução da política habitacional do município de Curitiba e tem competência para atuar também na Região Metropolitana.

Mapa 5: Ocupações Irregulares, Áreas de Atuação da COHAB, e Setor Especial de Habitação de Interesse Social. Fonte: IPPUC (2019) e adaptado de Albuquerque (2017)

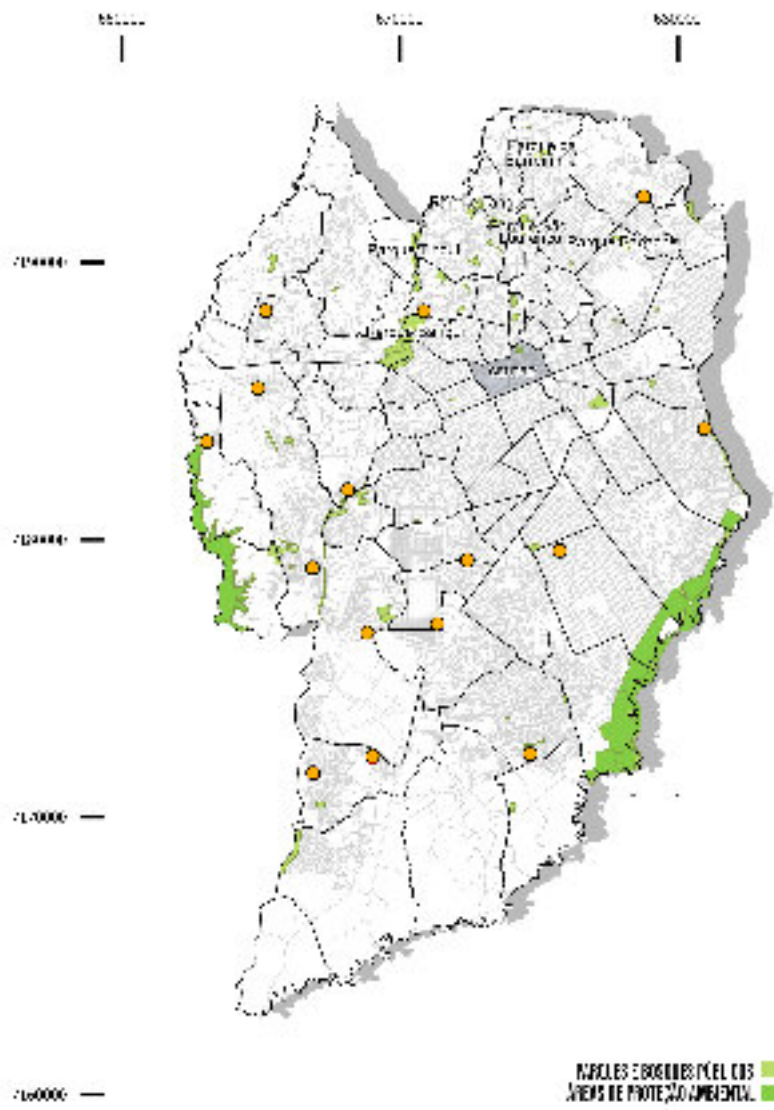


Por outro lado, a porção ao norte do centro de Curitiba se destaca tanto pela infraestrutura consolidada, quanto pelos seus parques, Tanguá, Tingui, São Lourenço, Bacacheri, Barigui (mapa 6). O mercado imobiliário utiliza-se dos atributos ecológicos, como os parques (que são parte do marketing da cidade modelo), para promover uma espécie de “urbanismo de resultados”, onde o valor ambiental é apropriado como valor de troca, a partir de classificações do mercado especulativo de terras. Em Curitiba, Busnello (2019) ao analisar os parques Barigui, São Lourenço e Barreirinha, aponta que os parques urbanos foram apropriados como artefatos do mercado imobiliário, e acabam resultando num processo contraditório para o conjunto na cidade, qual seja, o aumento das desigualdades sociais e a degradação ambiental intra-urbana.

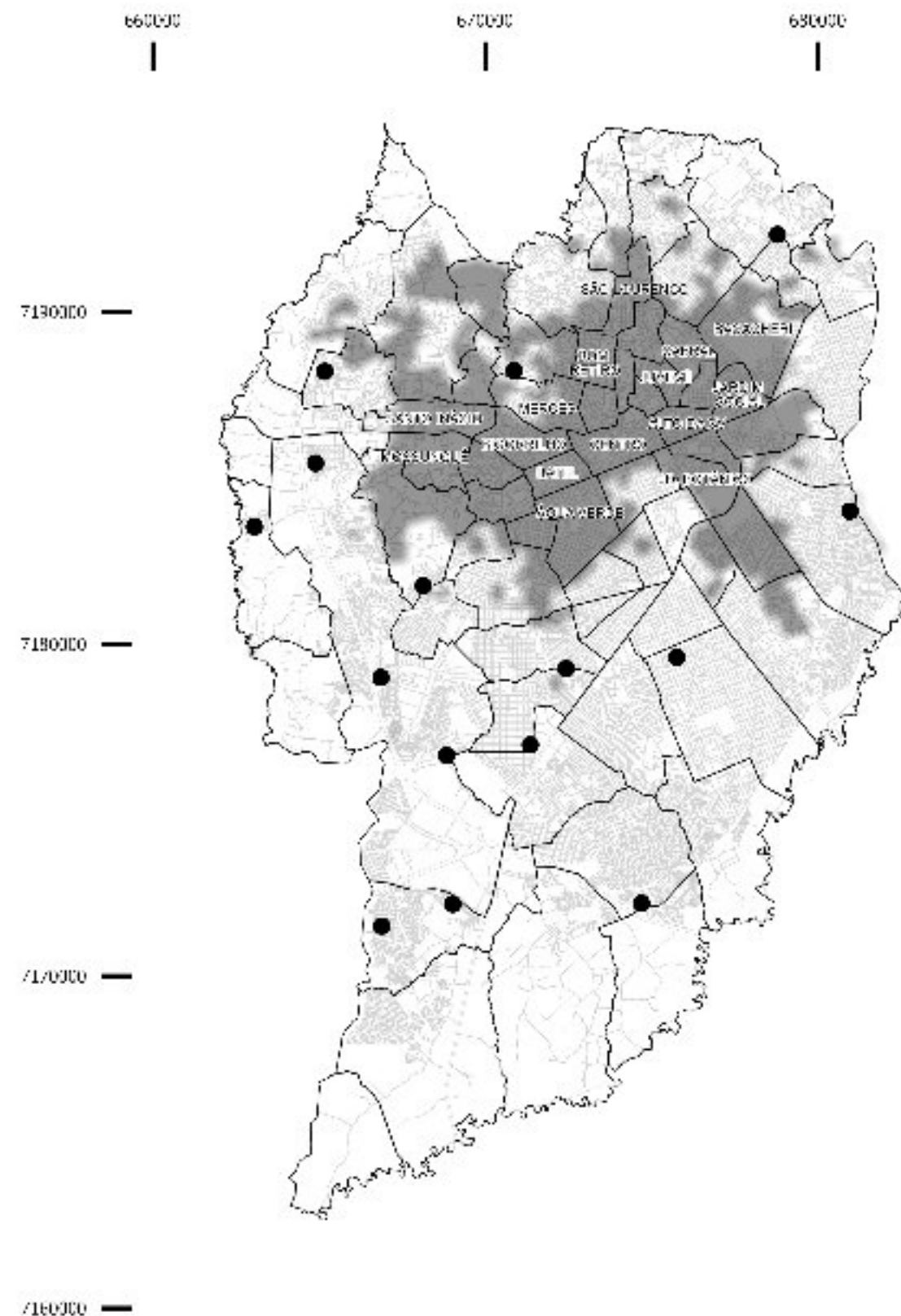
E por fim, o mapa 7 apresenta-se como uma síntese que sobrepõe as áreas verdes, os bairros com maiores preços da terra e os setores com maiores rendas, mostrando a concentração de riqueza em uma mancha específica da cidade, ideologicamente chamada por alguns de cidade modelo. Percebe-se que os equipamentos ameaçados de fechamento não se encontram nessa área.

Mapa 6: Áreas Verdes
Fonte: IPPUC (2019), adaptado pelos autores (2019)

Mapa 7: Mapa Síntese
Fonte: IPPUC (2019), adaptado pelos autores (2019)



ÁREAS VERDES
SISTEMA DE PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA UTM - DATUM - SAD 60 ZONA 22 S
1:100.000



MAPA SÍNTESE
SISTEMA DE PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA UTM - DATUM - SAD 60 ZONA 22 S

4. Considerações Finais

O planejamento urbano de Curitiba contribuiu, historicamente, com a produção da cidade desigual, no qual os planos influenciaram a valorização de determinadas áreas em detrimento de outras. Citam-se nesse artigo os eixos estruturais e a formação da CIC como partes deste mesmo processo de produção desigual da cidade de Curitiba.

O mito da cidade modelo por meio do city marketing colaborou na incorporação dos lugares estratégicos e dos parques urbanos no processo de construção dos lugares icônicos da cidade. Essa valorização foi apropriada pelo mercado imobiliário, produzindo os espaços de excelência e os espaços de vulnerabilidade na cidade. A periferização e a segregação socioespacial fazem parte deste mesmo processo, deslocando os grupos sociais que não podem pagar por morar nos lugares valorizados.

A análise espacial realizada neste artigo aponta para as desigualdades intra-urbanas na cidade, além da forte segregação socioespacial. Curitiba apresenta o contraste de áreas com equipamentos e infraestrutura consolidada e outras em que se sobrepõem camadas de despossessão, com precariedade habitacional, alta densidade populacional e baixa renda. A ameaça de fechamento dos equipamentos públicos sociais e de saúde, justamente em bairros periféricos, na porção sul e sudeste, com alta vulnerabilidade social e altos índices de precariedade, são uma camada a mais de desigualdade e uma ameaça aos direitos sociais dessa população. O fechamento ainda pode prejudicar o atendimento de saúde de municípios pertencentes à Região Metropolitana de Curitiba que se utilizam desses serviços.

Não há uma definição clara por parte da prefeitura que justifique a escolha desses equipamentos para fechamento. A falta de um estudo técnico qualitativo por parte da PMC, considerando além do atendimento atual, os futuros “potenciais usuários” dos equipamentos de saúde e assistência social coloca em risco esses territórios, que podem se tornar com o tempo “verdadeiras bombas socioecológicas” (MARICATO, 1996).

O argumento da Prefeitura Municipal de Curitiba de que os atendimentos poderiam ser removidos para outros CRAS apresentou-se como inviável nas entrevistas realizadas com representantes do MPPR e com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba. Em audiências públicas nos CRAS, constatou-se que os moradores demarcam territórios e constroem vínculos sociais que nem sempre são aceitos em outros espaços que possuem dinâmicas próprias, ainda mais quando envolvem casos de violência urbana e tráfico de drogas. A necessidade de transporte para o deslocamento pode significar o não fornecimento do serviço, ainda mais nos casos de serviços sociais especiais, tais como atendimento à mulher vítima de agressão, dependentes químicos. Os serviços sociais centralizados,

em poucas unidades, podem representar o não atendimento às demandas dessa população.

Confirma-se a hipótese de que o fechamento desses equipamentos representa o não atendimento dessa população e acima de tudo fortalece os processos já em curso da segregação socioespacial desses territórios como apontado por Villaça (2001). Observou-se por meio da análise espacial que ações do poder público tem um caráter de classe, isso é, transferem-se os ônus da austeridade (cortes, contingenciamentos) para aqueles que são mais vulneráveis, dependentes de serviços públicos, ampliando as camadas de desigualdade e exclusão que já atingem os moradores da porção sul da cidade.

Referências

ALBUQUERQUE, Aline Figueiredo de. A construção histórica do discurso (da imagem) da “cidade-modelo”: o ocultamento da questão habitacional no urbanismo curitibano. In: *Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Belém, 2007.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial da Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social - PNAS e Norma Operacional Básica NOB/SUAS*. Brasília, 2005.

CARRANO, Pedro. Calote do Governo do Paraná paralisa construção de Unidades de Saúde em Curitiba. *Portal SISMUC*, Notícias Saúde, 14/07/2015. Disponível em: <<http://sismuc.org.br/noticias/2/geral/4639/calote-do-governo-do-parana-paralisa-construcao-de-unidades-de-saude-em-curitiba>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

_____. Moradores fazem ato em frente à US abandonada no bairro Santa Cândida, em Curitiba. *Jornal Brasil de Fato*. 26/09/2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/09/26/moradores-fazem-ato-em-frente-a-us-abandonada-no-bairro-santa-candida-em-curitiba/>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CURITIBA, Fundação de Ação Social de... *Protocolo dos Centros de Referência da Assistência Social de Curitiba / Fundação de Ação Social*. Diretoria de Proteção Social Básica; coord. de Débora Cruz Marinho. ____ Curitiba: Instituto Municipal de Administração Pública, 2016.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. *Plano Municipal de Assistência Social 2018/2021*. Conselho Municipal de Assistência Social Curitiba, 2018.

_____. *Vídeo com animação mostra local correto para buscar serviços de saúde*. Notícias, 31/10/2017, Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/video-com-animacao-mostra-local-correto-para-buscar-servicos-de-saude/43977>>. Acesso em 12 mai. 2019.

FRÓES, Ana Cláudia Stangarlin. *Ideologia ambiental no planejamento e produção do urbano em Curitiba: estudo de caso do Projeto Viva Barigui*. Dissertação de Mestrado (Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Paraná, 2018.

GARCEZ, Luiz Armando. *Curitiba – Evolução Urbana*. Rio de Janeiro,

Curitiba, 168p, 2006.

IMOVELWEB INDEX. Imovelweb. *Relatório de Mercado Curitiba - Abril 2019*. Disponível em: <http://produto.imovelweb.com.br/2019/Marketing/Index/INDEX_CB_RELATORIO-2019-04.pdf>. Acesso em 08 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673&t=sobre>>. Acesso em: ago. 2019.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001. Trad. Rubens Eduardo Frias.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. Hucitec, São Paulo, 1996

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (MPPR). Processo Judicial – Projudi número 0015142-17.2018.8.16.0188. *Subsídios para a resposta à Ação Civil Pública sobre o Reordenamento da Proteção Social Básica em Curitiba*. Curitiba, 2018.

OLIVEIRA, Dennison de. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Editora da UFPR, Curitiba, 2000. 204p.

OLIVEIRA, Luiz Henrique de. Prefeitura vai fechar sete unidades do Cras em Curitiba; sindicato protesta. *Portal Banda B*, 26/06/2018. Disponível em: <<https://www.bandab.com.br/cidades/prefeitura-de-curitiba-vai-fechar-sete-unidades-do-cras-em-curitiba-sindicato-protesta/>>. Acesso em: 03 ago. 2019.

PILOTTO, Angela Seixas. *Área metropolitana de Curitiba. Um estudo a partir do espaço intra-urbano*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. 196 p.

POLLI, Simone Aparecida; LUNELLI, Alessandro; MORAIS, Carolina de. Ano de muitos protestos, crise política e ataque a direitos. *Jornal Brasil de Fato*. Caderno Paraná, 13/03/2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/03/16/ano-de-muitos-protestos-crise-politica-e-ataque-a-direitos/>>. Acesso em: 03 ago. 2019.

POLUCHA, Ricardo Serraglio. *Ecoville: construindo uma cidade para poucos*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. 164 p.

SANCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial.* São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências: Geografia Humana). FFLCH, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo. 2001

_____. *Curitiba imagem e mito: Reflexão acerca da construção social de uma imagem hegemônica.* 1993. 189f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

RAMIRES, Manoel. Servidores e comunidade pressionam contra fechamento de CRAS. *Portal Sismuc, notícias.* 18/07/2018. Disponível em: <<http://sismuc.org.br/noticias/9/fundacoes/6989/servidores-e-comunidade-pressionam-contrafechamento-de-cras>>. Acesso em 03 ago. 2019.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil.* São Paulo: Fapesp, 2001.

***Simone Aparecida Polli** é Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ/IPPUR. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Líder do Grupo de Pesquisa Cidades, Planejamento e Gestão. Pesquisadora associada do ETTERN/UFRJ. Coordena o Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba desde 2012.

Alessandro Lunelli de Paula é graduando do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Foi bolsista pela Fundação Araucária (2018-2019) de Iniciação Científica na pesquisa “Observatório dos Conflitos de Curitiba: os conflitos como método de leitura do espaço”, no Laboratório de Urbanismo e Paisagismo da UTFPR.

Carolina Raiane Gama de Oliveira de Moraes é graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), voluntária (2018-2019) e bolsista pela Fundação Araucária (2019-2020) de Iniciação Científica na pesquisa “Observatório dos Conflitos de Curitiba: os conflitos como método de leitura do espaço”, no Laboratório de Urbanismo e Paisagismo da UTFPR.